

Visibilidade e performance da Pós-Graduação em Letras e Lingüística na UFRJ

Henrique Cairus
Faculdade de Letras – UFRJ
hcairus@ufrj.br
www.lettras.ufrj.br/proaera

Os seis Programas de Pós-Graduação da nossa Faculdade de Letras têm um recorte arbitrário que remete a uma estrutura de cátedra contra a qual se ergueram os departamentos e da qual são eles, hoje, continuadores por vezes em todos os aspectos. Por isso, como mostra o texto do Professor Marcelo Jacques de Moraes nesta revista, há mais divergências temáticas e teóricas dentro dos Programas do que entre eles.

A conservação dessa estrutura compartimentada, que repete cegamente o já questionável modelo departamental e que explica – mas não justifica – o número de Programas, gerou uma enfadonha retórica defensiva plena de sofismas. A realidade, porém, é implacável, ainda que não tenha hora certa para impor-se.

Durante esta década que se encerra a tônica da visibilidade mesclou-se à idéia de democratização do saber, tendo sido a internet uma peça fundamental nesse processo. E não só a internet. Houve também a elevação do número de laboratórios e núcleos de pesquisa com autonomia de toda a ordem.

Na internet, o Ministério da Educação, por meio da CAPES, obrigou os Programas a manterem atualizadas as suas informações, oferecendo também dados acadêmicos e institucionais úteis e preciosos, mas sobretudo disponibilizando conteúdo relativo à produção intelectual dos pesquisadores. Assim, tiveram mérito reconhecido os Programas que expuseram suas revistas inclusive ou exclusivamente online; o texto integral das teses e dissertações, e uma profusão de enlaces eletrônicos voltados principalmente para os textos dos docentes em versão completa e para os núcleos de pesquisa acaso ligados ao Programa for filiação ou parceria.

Essa obrigatoriedade representou uma vitória para toda a comunidade acadêmica interessada na circulação de idéias e que aposta na ventilação do pensamento e na interdisciplinaridade para o desenvolvimento real e positivo das pesquisas. A exposição da produção intelectual e dos dados institucionais trouxe também grandes benefícios para uma sociedade em que a inclusão digital é cada vez mais presente e o alijamento da produção universitária é tão duradouro.

Em sucessivos mandatos de coordenador de PPG, vice-coordenador e diretor adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa da Faculdade de Letras, pude fazer, por anos, a experiência de acompanhar o andamento de um contador de acessos aos sites que gerenciava. Os contadores mostravam a origem do acesso, e pude perceber com grande nitidez que a demanda pelo ‘conteúdo intelectual’ – chamemo-lo assim – excede quase em 200% a procura por conteúdo institucional. Ao menos no PPG de Letras Clássicas, que eu então coordenava e onde atuei por alguns anos, a página de teses, a da revista e as de textos dos docentes eram acessadas, por meio dos sistemas de busca, em procuras por palavras-chave ou temas. A revista, por sua vez, tinha a maioria de seus acessos diretos garantidos pelos indexadores internacionais que para ela apontavam. O Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas pode fornecer outro exemplo dessa demanda, pois mantém uma das duas únicas revistas de Letras e Lingüística que estão no Scielo, a *Alea*.

Os laboratórios e núcleos de pesquisa da nossa Faculdade de Letras multiplicaram-se em torno de afinidades teóricas ou temáticas, e, constituindo-se facilmente, com o mínimo de burocracia institucional, ultrapassaram as fronteiras dos programas, dos departamentos, das unidades e até mesmo, em moderada medida, das universidades. Esses núcleos surgiram espontaneamente, alguns há muito tempo e a maioria nesta década.

A equipe da secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Letras organizou uma página na internet, para dar visibilidade ao conjunto desses núcleos (www.letras.ufrj.br/pgletras). Por essa página, ao acesso de todos, é possível perceber que a confluência temática e teórica, que torna as linhas de pesquisa atualmente existentes na Faculdade de Letras tão duplicadas em sua substância, como demonstra o texto do Professor Marcelo Jacques de Moraes aqui publicado, tem como contrapartida as iniciativas dos laboratórios. Os núcleos ali arrolados e enlaçados eletronicamente são os seguintes:

ALIB-RJ - Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Rio de Janeiro)

CIAD-Rio - Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso

CJS - Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros

CLIPSEN - Computações lingüísticas: Psicolingüística e neurofisiologia

D&G – Grupo Discurso e Gramática

Estéticas – Grupo Estéticas de Fim-de-Século

ETED - Estudos Transculturais Empíricos do Discurso (REDES)
GET – Grupo de Estudos de Tradução
LABRHUM - Laboratório de Estudos do Renascimento Humanístico
LAFA- Laboratório de Fonética Acústica
LAHL – Laboratório de História da Língua
LAPEX – Laboratório de Psicolinguística Experimental
LATEC – Lab. de Pesquisa em Tecnologias da Informação e Comunicação
LED - Laboratório de Eletrofisiologia das Disfunções de Linguagem
LEFE - Línguas Estrangeiras para Fins Específicos
LIEDH – Linguagem e Discursos da História
LingNet - Projeto Interação e Discurso em Contextos Digitais e Multimidiáticos
NIEP - Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Poética
NURC-RJ – Norma Lingüística Urbana Culta (Rio de Janeiro)
ORALLE - Produção e Compreensão Oral em Língua Estrangeira
PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Linguagem
PHPB – Projeto para uma História do Português do Brasil
PRISMA – Laboratório Arte, Realidade e Sociedade
PROAERA – Programa de Altos Estudos em Representações da Antiguidade
SALINGUAS – A sala de aula de línguas
VARPORT - Projeto Análise Contrastiva de Variedades do Português

A característica mais geral desses grupos é o perfil teórico-metodológico consistente. O recorte teórico prevalece sobre o temático e impõe a este seus limites. É natural, pois, que qualquer fronteira colocada pelo aporte teórico transcenda uma proposta departamental pensada para cursos de graduação cuja configuração não tem mudanças há mais de quatro décadas e também é esperado que tal fronteira não obedeça, na Pós-Graduação, aos marcos balizados pelos mesmos departamentos. De fato, como diz o texto do Professor Marcelo, há uma dificuldade de romper com uma herança que parece ser resistente a qualquer empenho em superá-la.

Paralelamente a uma certa reverência ao fantasma do muro departamental e a despeito dela, os núcleos de pesquisa desenvolvem-se com notória fluência. Ganham vida própria, com suas próprias publicações e, às vezes, seu próprio orçamento, via agências de fomento.

Os PPGs, em muitos casos, já funcionam como uma espécie de sementeira desses núcleos, alimentando-os, num primeiro momento e sempre que precisarem, mas na expectativa de vê-los caminharem em direção às relações *extra muros*, em todos os sentidos, e de acordo com as exigências de suas abordagens, muito mais do que de seus objetos.

Essa tendência em ascensão já ecoa entre os discentes, que atribuem seus pertencimentos, por vezes, mais a um desses núcleos, onde muitos estão desde a iniciação científica, do que a programas de Pós-Graduação em que vêem repetidas estruturas que se mostraram ineficientes ou inadequadas ao ambiente de pesquisa.

Ressoa uma certa cantilena pelos corredores de todos os cursos da Universidade segundo a qual nós, que estudamos as artes, a história, a filosofia, a música e também as ciências dos números e das coisas tangíveis, não somos burocratas. Na verdade, a cantilena diz – e quantas vezes a ouvi... – que somos o avesso da burocracia, mas alguns de nós, sem aptidão para cumprir sua verdadeira missão, dedicam-se ao universo dos documentos e dos carimbos. Provavelmente os que lêem este texto já ouviram isso.

É claro que esse cantochão não se ouve em todos os lugares. Não se o ouve, por exemplo, nos gabinetes administrativos, onde docentes não cumprem tarefas administrativas do universo do carimbo, mas pensam e executam projetos institucionais que podem fazer a diferença entre uma universidade que funciona e uma universidade que tenta se superar.

Mas é precisamente de onde ressoa a tal cantilena que costumeiramente vem as maiores resistências às iniciativas que tentem uma reconfiguração do universo acadêmico, para que os interesses do avanço da pesquisa possam subjugar cada vez mais facilmente os entraves de uma estrutura em que os muros – sustentados por papéis amarelados – protegem e isolam por dentro e frustram por fora.

Há um “fora” do departamento e dos Programas que uma força conservadora mantém sempre fora, mesmo que para isso seja preciso driblar com inúmeros subterfúgios retóricos uma cobrança por parte de instâncias mais elevadas de não haver isolamento, de não haver o ocultamento, de não haver esse tipo de proteção que só prejudica a propagação, o avanço e o trânsito dos saberes.

O Professor Marcelo Jacques de Moraes identifica, contudo, dois “foras”: o “fora” de dentro de uma unidade, que seja a Faculdade de Letras, e o “fora” de fora da unidade. Mostra ainda esse Professor que há mais facilidade em transitar pelo “fora” de

fora do que pelo “fora” de dentro, como demonstra o levantamento que ele mesmo fez a partir dos núcleos de pesquisa da Faculdade de Letras.

Dentro de um universo lógico em que o fim é a proteção dos domínios marcados pelos muros de papel, é esperável que o “fora” de fora ameace menos do que o “fora” de dentro, porquanto os muros que nos separam do “fora” de fora têm de ser mais robustos do que os internos. Não há, portanto, aí ameaça aos domínios.

Assim como o Prof. Marcelo Jacques demonstrou, por meio de amostragens tiradas das linhas de pesquisa dos programas, como são frágeis os muros de papel, seria tão desejável quanto inviável demonstrarmos o que ganharíamos reformulando o desenho da pesquisa em Letras e Linguística da nossa Faculdade de Letras.

Uma leitura atenta das propostas dos núcleos de pesquisa da Faculdade de Letras poderia surpreender até mesmo quem ache que ficaria ileso de uma reconfiguração da cisão entre as letras e a linguística. Embora esses universos não se comuniquem pelo canal consagrado pela estrutura rígida mesmo quando estão sob o abrigo de um mesmo programa, os núcleos e laboratórios de pesquisa apresentam caminhos em que a literatura é tratada com um instrumental mental oriundo da linguística, por exemplo, e alguns textos e abordagens literárias, por testarem limites apicais das possibilidades da língua, dão a determinados estudos linguísticos um material vasto para várias pesquisas, sobretudo as que lidam com a sintaxe, com o léxico e a prosódia. Cito aqui, para não me estender demais, o caso dos estudos em Letras Clássicas, para os quais a língua que estudam, por não ter falantes nativos vivos, está por inteiro nos textos, a maioria deles de recepção literária, e para os quais não é viável um estudo da língua pela fluência oral, sendo, portanto, necessário, para a leitura literária, um estudo linguístico descritivo.

A palavra interdisciplinaridade, que mereceu um belo texto do Professor José Luiz Fiorin¹, traduz não só uma tendência, mas uma necessidade. Há, em inúmeros casos, um esgotamento das ferramentas próprias, e é preciso captar um pouco do olhar alheio, do instrumental teórico daquele que, às vezes, ocupa a sala ao lado.

Durante muito tempo, durante décadas, o saber universitário era figurado pelo monólogo. Eram as conferências sem debates, as grandes obras e os grandes mestres. Há vários anos, porém, trocamos o monólogo, que supõe uma audiência, pelo solilóquio, para o qual não há audiência suposta nem, por vezes, existente. Escrevem-se

¹ FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 fev. 2009. doi: 10.1590/S1517-106X2008000100003.

textos, relatórios e até artigos e livros pelos motivos mais variados, que vão desde a crença ingênua de que se está levando ao prelo algo que redunde efetivamente em produção de conhecimento – por menos que se os leiam no presente e no futuro –, até o simples cumprimento das exigências para manutenção de alguma condição. Mas, é escusado dizer, o solilóquio torna sem sentido a produção, e, não raro, a própria vida do autor.

Os núcleos de pesquisa, de todas as estruturas da universidade, sendo a menos administrativamente comprometida, é a que mais claramente aponta para a interdisciplinaridade tanto a interna quanto a externa à grande área de Letras e Lingüística. E é precisamente dali, desses núcleos de pesquisa, de onde tem vindo a maior parte – quase a totalidade – da produção intelectual qualificada de nossa Faculdade. Isso seria suficiente para demonstrar o sucesso desse tipo de organização, a que privilegia o conteúdo em detrimento dos muros, mas ainda há outros avanços que os núcleos de pesquisa representam e viabilizam. Fiquemos, por enquanto, com o que esses núcleos trazem por meio de sua disponibilidade para a interdisciplinaridade.

No referido artigo, o Prof. Fiorin descreve as práticas interdisciplinares nos seguintes termos:

Poderíamos dizer que temos, basicamente, duas práticas interdisciplinares: a) transferência, que é a passagem de conceitos, metodologias e técnicas desenvolvidos numa ciência para outra; b) intersecção, em que duas ou mais disciplinas se cruzam para tratar de determinados problemas.

O que o Professor Fiorin propõe como transferência não é apenas uma condição para o sucesso da pesquisa, mas muitas vezes é a condição apriorística para a própria existência da pesquisa.

Uma pesquisa que envolve a neurofisiologia da linguagem, por exemplo, não pode prescindir de conceitos e ferramentas de que a área médica dispõe. Assim como qualquer investigação em Letras Clássicas dependerá do complexo instrumental que a área da História elaborou para a análise do passado. E, em todos esses casos – ao menos naqueles relacionados às Letras e à Lingüística –, aquilo que o Professor Fiorin chama de transferência traduz-se em atos de reciprocidade.

Há, contudo, ao menos um risco nessa 'transferência': a perda de identidade de área. O que deve ser evitado por meio de uma dosagem controlada e precisa do

instrumental transferido. E isso coloca mais um desafio para a tarefa de produzir e de orientar.

Que os núcleos de pesquisa promovem tanto a transferência quanto a intersecção é certo e facilmente constatável, mas também é claro que a transferência e a intersecção sofrem ainda acentuado cerceamento por muros e paredes de papel.

A visibilidade dos Programas, seja pelo critério da “nucleação” seja pelo ponto de vista da “solidariedade”, para usar os termos consagrados pela CAPES, ou ainda pelo viés da exposição, vem ganhando novo impulso com a ascensão dos núcleos e laboratórios de pesquisa. Tal fenômeno ocorre pelos motivos aqui expostos – é certo – e se opõe a uma dificuldade efetivamente obstaculizante de aceitar uma real exposição por parte dos que se acomodam às estruturas institucionais pré-estabelecidas.

Alguns núcleos de pesquisa da Faculdade de Letras têm presença marcante entre os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e nas associações nacionais mais específicas², onde encontram interlocução qualificada e oportunidade de ampliar horizontes e estreitar laços.

O que aqui apresento não é propriamente uma reflexão, porque não houve esse momento de “parar para pensar”, característico do ato deliberado de refletir. Ao contrário, esse texto é azeite curtido, é vinho ou vinagre.

Do ponto de vista da produção do conhecimento e da circulação das idéias, a Pós-Graduação da Faculdade de Letras encontra-se numa situação em que tem de optar com toda a clareza por uma interpretação do muro: prisão ou proteção. Se os núcleos de pesquisa são uma resposta espontânea aos muros, é evidente que eles ainda não têm a força que esperamos e desejamos.

Encerro o texto com uma palavra breve sobre um outro ponto que tange a visibilidade da pós-graduação e da pesquisa: as cerimônias de defesas de teses e de arguições de dissertação.

Sobre esse particular, nota-se um mau aproveitamento das ferramentas que o governo, através da CAPES, e a própria Universidade oferecem. As bancas não passam por uma avaliação real de nenhum colegiado, embora seja essa uma atribuição legal do colegiado de pós-graduação da Unidade e, na falta deste, do Conselho específico da própria Universidade. Estes colegiados de Unidade apenas conferem se as bancas estão de acordo com o mínimo exigido pelos regulamentos. Qualquer interferência para além

² Entre as quais se destacam a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC).

da exigência da legalidade é interpretada como um golpe contra a autonomia do orientador.

Assim, as bancas que poderiam ser – e às vezes são – veículos de um intercâmbio proveitoso, muito freqüentemente obedecem ao princípio de uma endogenia real travestida em exogenia legal. São, por exemplo, os casos de aposentados que passaram trinta anos ou mais no programa em que o trabalho é defendido, mas, estando há alguns anos em alguma outra universidade, pública ou não, são computados como membros externos. Há outros casos que não deixam de ser variações de uma mesma endogenia camuflada, mas todos são tão conhecidos que seria quase tautológico descrevê-los.

Para casos assim, haveria a solução de um Conselho (de Unidade) com poderes deliberativos de escolha da Banca, perante uma gama de nomes sugeridos pelo orientador e que fosse, pelo menos, superior ao dobro dos que efetivamente participam. Creio haver massa crítica suficiente para isso em todas as sub-áreas de Letras e Lingüística, onde se titula uma considerável cópia de doutores por ano. Naturalmente, o Conselho saberia apreciar casos especiais que fossem acompanhados de justificativa escrita, qualificada e previamente aprovada pelo Programa.

Por mais que suponhamos que viessem a ser abundantes essas justificativas, só a sua existência seria suficiente para tornar mais acadêmica a escolha de todas as bancas.

Penso também que a atuação do orientador poderia ser revista. É justo que o orientador presida a cerimônia de defesa, mas seria melhor que seu papel se restringisse a isso, sem que ele julgasse o trabalho do qual ele é – ou deveria ser – um co-autor. Essa opção traria grandes vantagens, inclusive a de termos, no mestrado, dois membros realmente externos. Creio ser evidente que isso contribuiria muito para a visibilidade do Programa a médio prazo, e, sonho ainda que isso pudesse elevar a qualidade dos trabalhos.

Encerra-se aqui, um tanto bruscamente, este texto. Não por não ter fim, pois que de aporético nada tem. A aporia não é meu forte. Encerra-se aqui este texto por ter chegado a hora, nele, de juntar-lhe as pontas, e arriscar uma avaliação de nossa pós-graduação.

São já quarenta anos... Mas, na verdade, não são muitos. A Pós-Graduação sofreu mudanças. Todas elas animadas pelos órgãos superiores. Isso a rejuvenesce constantemente. As mudanças, contudo, acontecem muito lentamente, nos subterrâneos das mentalidades.

Quando já não era mais possível pensar a pós-graduação *stricto sensu* como uma continuação do ensino de graduação no aspecto conteudístico calcado na questão “o que?”, a nossa pós-graduação soube, ainda que lentamente, perceber que era preciso deslocar seu ensino para outra questão, a que repousa em “como?”. Esse “como?” , distintivo maior de uma pós-graduação *stricto sensu* em relação à graduação e à pós-graduação *lato sensu*, hoje já amplamente tomado como diretriz de nossos cursos da Faculdade de Letras. Hoje, enfim, nossos docentes têm clareza de que seu papel no Mestrado e no Doutorado é o ensino da pesquisa, e, portanto, o acento recai sobre a teoria e a metodologia; em uma palavra: no “como?”.

Conquanto apresentem os problemas – de resto, facilmente solucionáveis – apontados pelo texto do Professor Marcelo Jacques, as disciplinas oferecidas já se voltam mais para a pesquisa que deve ser desenvolvida em prazos que encolheram nos últimos anos³, e deixam de ter um caráter de complementação de conteúdo e de preenchimento de lacunas de conhecimento nem sempre muito específicos⁴.

Hoje, à beira de seu primeiro momento de maturidade, nossa pós-graduação pode jactar-se de haver conseguido dar grandes passos, passos cada vez mais largos, e que a levaram a um reconhecimento do qual pode orgulhar-se também toda a Universidade, mas também deve estar atenta para a encruzilhada em que se encontra: crescer ou manter.

³ O Mestrado teve seu prazo reduzido em 50% e Doutorado em 30%, em média. No Mestrado, os prazos oferecidos pelos PPGs oscilam entre 30 e 24 meses.

⁴ Até 2001, os discentes de Mestrado e Doutorado que concluíssem os seus créditos (em média: 10 disciplinas para o Mestrado e 20, para o Doutorado), mas não apresentassem suas dissertações ou teses, fariam jus a um título de “Especialista”, o que mostra cabalmente como eram interpretadas as disciplinas oferecidas.